

CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DOS ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL NO SUDESTE DO BRASIL

PALASSI, Marcia Prezotti¹
MARTINS, Geruza Ferreira²

¹ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); E-mail: mprezotti@hotmail.com

² Instituto Federal do Espírito Santo (IFES); E-mail: geruzafm@ifes.edu.br.

RESUMO

Este artigo visa compreender a dinâmica da consciência política dos estudantes de graduação em Administração de uma universidade pública federal na região Sudeste do Brasil em sua relação com a participação cidadã em lugares públicos participativos no estado e seus municípios. Adota-se como marco teórico o modelo de análise da consciência política para a compreensão da participação em ações coletivas de Sandoval (2001). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram coletados através de documentos, questionários e entrevistas semiestruturadas com, respectivamente, 30 e 17 estudantes, em 2014. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 2004). Os resultados revelam diferentes *crenças, valores e expectativas sociais*, sentimentos de *(in)eficácia política*, identificação de *interesses antagônicos e adversários* e concepções sobre as *metas e ações* desses lugares interferindo na *vontade de agir coletivamente*. O interesse em exercer a cidadania, melhorar as políticas públicas, gostar de implicar-se com os assuntos públicos e defender seus interesses em circunstâncias de conflito são as justificativas citadas pelos que participam. Os estudantes que não participam desconfiam dos lugares públicos participativos e demonstram desinteresse pelos assuntos públicos, embora apontem um desconforto em não participar. O principal lugar de representação dos interesses dos estudantes no curso encontra-se sem direção. Conclui-se que os estudantes que participam demonstram interesse pelos assuntos públicos e compreensão dos conflitos, enquanto os que não participam privilegiam os interesses particulares, desconfiam e afastam-se desses lugares.

Palavras-chave: Consciência Política; Participação Cidadã; Lugares Públicos Participativos; Ações Coletivas; Estudos Organizacionais.

INTRODUÇÃO

Em um contexto de ampliação dos lugares públicos participativos no Brasil há de se considerar expectativas de despertar valores sociopolíticos nos estudantes universitários em seu processo de qualificação cidadã e profissional, diante das críticas à formação dos administradores. Portanto, este trabalho tem como objetivo compreender a dinâmica da consciência política dos estudantes da graduação em administração de uma universidade pública federal no sudeste do Brasil em sua relação com a participação cidadã nos lugares públicos participativos no estado e municípios.

Entende-se por lugares públicos de participação as oportunidades de participação dos cidadãos nos mecanismos (não) institucionalizados, visando influenciar os processos de tomada de decisão pública (STRECK; ADMS, 2006). Deste modo, considera-se participação cidadã aquela proveniente da participação dos cidadãos nos lugares públicos participativos, institucionalizados ou não (TEIXEIRA, 1997). Observa-se nas pesquisas sobre participação um foco na análise dos mecanismos participativos, seus desenhos, arranjos e a efetividade da participação dos cidadãos no que se refere a real partilha de poder pelo poder público (TATAGIBA, 2009; AVRITZER, 2008; STRECK; ADAMS, 2006; LUCHMANN, 2006). Observa-se ainda, pesquisas que visam analisar a consciência política de participantes dos movimentos sociais, assim como de cidadãos em condições consideradas à margem da sociedade que participam nos mecanismos participativos institucionalizados (COSTA, 2007; SILVA, 2007). Todavia, poucas fazem menção ao conhecimento ou participação dos estudantes universitários nos mecanismos participativos ofertados pela administração pública brasileira e que estão em processo de ampliação e consolidação.

Nesse cenário, destaca-se a universidade pública federal devido à expectativa de que ela contribua para a formação profissional do indivíduo e o desenvolvimento de práticas que promovam a cidadania. Nos estudos organizacionais defende-se uma formação que desenvolva nos estudantes uma reflexão crítica sobre a atuação dos administradores nas organizações e na sociedade, a fim de fazê-los perceber o potencial da sua prática profissional para a transformação social (PAES DE PAULA, 2012). Mas, o que pensam os estudantes de Administração? Eles conhecem os lugares públicos participativos existentes na administração pública? Participam de ações coletivas (não) institucionalizadas?

Tendo em vista que a participação ou não dos sujeitos em ações coletivas ou individuais é determinada pela consciência política (SANDOVAL, 2001), este artigo adota como marco teórico o “Modelo de Consciência Política para Compreensão da Participação

em Ações Coletivas” (SANDOVAL, 2001), confrontando-o com uma revisão de literatura sobre os motivos que levam ou não à participação cidadã. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram coletados através de documentos, questionários e entrevistas semiestruturadas (GASKELL, 2002), com 30 estudantes de graduação em Administração, matriculados preferencialmente nos períodos finais do curso (7º e 8º) em 2014/1. Deste modo, totalizam-se 15 estudantes no curso matutino e 15 no curso noturno, sendo que 2 estudantes são membros do Centro Acadêmico Livre de Administração Honestino Guimarães (CALAD) e 9 são integrantes da Empresa Junior de Consultoria em Administração (EJCAD). Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo *a priori* (BARDIN, 2004), adotando as dimensões do modelo como macrocategorias de análise.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Descreve-se, neste tópico, a fundamentação teórica deste artigo em três partes. Na primeira parte, explica-se o modelo analítico de consciência política para a compreensão da participação em ações coletivas de Sandoval (2001). Na segunda parte, apresenta-se uma revisão de literatura sobre a participação do cidadão. Por fim, na terceira parte realiza-se um confronto da primeira parte com os fundamentos explicativos da (não) participação cidadã, constituindo a fundamentação teórica deste trabalho.

O modelo analítico de consciência política para compreensão da participação em ações coletivas

Adota-se, neste artigo, o “Modelo Analítico de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas” de Sandoval (2001) como marco teórico. A ação coletiva se refere à ação de indivíduos num contexto de coletividade, visando o alcance de objetivos específicos, que são compartilhados através de uma identificação coletiva, de forma a impulsionar as pessoas à ação em grupo para alcançar o objetivo pretendido (SANDOVAL, 2001). Sendo assim, as ações coletivas são oportunidades de mobilização coletiva. Todavia, a ação das pessoas não acontece de forma igualitária frente a essas oportunidades, pois as ações dos sujeitos se dão em conformidade à composição da consciência política dos mesmos (SANDOVAL, 2001).

Para Sandoval (1989, p. 68) a consciência política “ocorre na interseção entre os fatores estruturais, as relações sociais interativas, as visões de mundo com seus preconceitos de fundo cultural e as reflexões conscientes de custos e benefícios de

participar”. Silva (2007) explica que a formação da consciência política faz parte de um processo psico-sócio-histórico de vida dos sujeitos, que atuam de modo diversificado, conforme a complexidade da realidade de cada um. Com base no diálogo que o sujeito faz consigo próprio, ele responde à dinâmica social na qual está inserido construindo seus conhecimentos (SILVA, 2007). Costa (2007, p. 82) aponta que, nesse processo, se entrelaçam aspectos psicossociais numa relação a construir o indivíduo, sua visão de mundo e sua consciência, pois “a consciência política não pode ser compreendida a partir de si mesma, mas a partir dos significados que os indivíduos atribuem à realidade social”.

Portanto, a consciência política é resultante do processo relacional entre o indivíduo e o meio no qual está inserido, lidando com aspectos psicossociais no decorrer de sua história de vida e da sociedade (SANDOVAL, 2001). Nesse processo, os sujeitos constroem símbolos e significados, bem como os parâmetros da vida social, elaborando concepções sobre o seu modo de vida e de como viver em sociedade, uma vez que tais concepções moldam sua consciência política e seu potencial de ação enquanto agente histórico de transformação social (SANDOVAL, 2001). Ressalta-se que a construção da consciência política é um processo contínuo, cuja ressocialização se efetiva nas práticas da vida cotidiana propiciando oportunidades psicopolíticas na vida de cada sujeito (SILVA, 2007). As oportunidades psicopolíticas são circunstâncias que podem surgir na vida das pessoas como um dispositivo para o desenvolvimento de uma reflexão mais apurada de sua condição de vida, podendo despertar, assim, sua consciência política. Dentre essas oportunidades encontram-se as práticas de diálogo e escuta promovida nas sociedades democráticas (SILVA, 2007).

No que se refere aos obstáculos à formação da consciência política, Sandoval (1989) destaca os mecanismos de controle social que desenvolvem maneiras de pensar de caráter pouco reflexivo, em nível abstrato e com pouco senso crítico no que tange às relações sociais. Tais mecanismos, por prejudicarem o desenvolvimento do processo de construção da consciência política, limitam as ações dos sujeitos a uma postura voltada à submissão e à omissão (SANDOVAL, 1989). Entre esses mecanismos de controle social encontram-se as noções culturais e as restrições da vida cotidiana.

Sandoval (2001) considera que a consciência política é composta e organizada por dimensões de percepção da realidade social passíveis de análise sistemática. Para esta análise, o autor propõe um “Modelo Analítico de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas”, composto de dimensões analíticas distintas, conceituadas em termos de sentimentos (PALASSI, 2011), citadas a seguir: identidade

coletiva; crenças, valores e expectativas sociais; interesses antagônicos e adversários; eficácia política; sentimentos de justiça e injustiça; vontade de agir coletivamente; metas e ações do movimento social. Essas dimensões, em conjunto, constroem o ator político na sociedade (SANDOVAL, 2001) e se articulam dinamicamente, possibilitando diversas relações, as quais não se encontram sujeitas a um padrão sequencial ou hierárquico, nem necessariamente a uma articulação entre todas elas (SILVA, 2007; SANDOVAL, 2001).

A *identidade coletiva* se refere ao sentimento de solidariedade desenvolvido pelos vínculos interpessoais estabelecidos e vivenciados pelos indivíduos, valorizando os laços de pertença, ao se identificarem com as categorias sociais (COSTA, 2007; SANDOVAL, 2001). Nesse processo são compartilhados interesses comuns entre as pessoas, despertando sentimentos de coesão social e pertencimento a um grupo, mobilizando-as à reivindicação coletiva (SANDOVAL, 2001). Sendo assim, os indivíduos atribuem valor às metas coletivas como benefício pessoal e coletivo, procurando instrumentalizar-se para alcançar a mudança desejada, mobilizando-se para a ação (COSTA, 2007). Já a dimensão *crenças, valores e expectativas sociais* refere-se à visão de mundo do indivíduo em sua relação com a sociedade. Essa dimensão diz respeito à representação social construída pelo sujeito sobre a estrutura social, práticas e finalidades sociais (SANDOVAL, 2001). Ou seja, refere-se aos significados que os indivíduos atribuem à organização social, sendo tais significados produto das interações sociais e experiências vividas pelos sujeitos (COSTA, 2007).

Os *interesses antagônicos e adversários* revelam os sentimentos do indivíduo em relação aos interesses materiais e simbólicos e como se opõem aos interesses de outros grupos, identificando a existência de rivais ou adversários (SANDOVAL, 2001). A visibilidade e a identificação dos adversários facilitam a mobilização dos indivíduos à ação e a coordenação de ações frente a um objetivo comum (SILVA, 2007; SANDOVAL, 2001). Porém essa identificação nem sempre é fácil ou possível, sendo apontados como adversários os atores que ganham mais visibilidade numa circunstância de conflito (SILVA, 2007). Já a *eficácia política* expressa os sentimentos que os indivíduos possuem sobre a sua capacidade de intervenção numa dada situação política. Sandoval (2001) explica como as pessoas interpretam as causas, circunstâncias e os motivos de situações vividas por elas. Assim, o autor menciona que os sujeitos podem adotar uma postura conformista devido ao sentimento de baixa eficácia política, buscando soluções

individualizadas para situações sociais ou adotando ações individualizadas ou coletivas que lhes permitam tornar-se um ator social (SANDOVAL, 2001).

Os *sentimentos de justiça e injustiça* são inerentes aos sentimentos pessoais de justiça e injustiça que são construídos socioculturalmente. A percepção de ruptura dos vínculos de reciprocidade gera no indivíduo o sentimento de injustiça, estabelecendo o descontentamento político, mobilizando as pessoas para ação coletiva (SANDOVAL, 2001). Desse modo, a predisposição do indivíduo para participar de ações coletivas e intervir na sociedade, engajando-se em ações coletivas, refere-se à *vontade de agir coletivamente*. Nessa dimensão, assim como em outras do modelo, Sandoval (2001) ressalta a capacidade de análise e decisão do indivíduo mediante diversos fatores que podem (des)motivá-lo a participar de ações coletivas e nos movimentos sociais. Segundo o autor, as decisões dos indivíduos se relacionam com as informações e significados conferidos às demais dimensões do modelo, assim como ocorre na dimensão de *metas e ações do movimento social*. Nessa última dimensão, observa-se o grau de percepção do indivíduo sobre a conexão entre os objetivos do processo em que está envolvido com as estratégias de atuação desenhadas por ele, somadas aos seus sentimentos de injustiça, interesses e sentimentos de eficácia política.

Explicadas as dimensões que compõem o modelo analítico para compreensão da participação em ações coletivas de Sandoval (2001), considera-se que o mesmo é pertinente ao objetivo deste artigo, pois o jogo de reflexões realizado pelos indivíduos nos permite compreender a dinâmica da consciência política. Apresenta-se, a seguir breve literatura sobre a participação do cidadão.

A participação do cidadão

No século XX, na América Latina, assim como no Brasil, períodos democráticos se alternaram com regimes autoritários. A partir da década de 1980, os movimentos sociais deram uma grande contribuição para o processo de democratização em muitos países da América Latina, especialmente no Brasil (AVRITZER, 2008). Isso porque, coexistindo à ditadura militar, os movimentos sociais reivindicavam mudanças estruturais, socioculturais e/ou econômicas, através da participação na década de 1980 (TATAGIBA, 2009). Nesse processo, promulgou-se uma nova Constituição Federal no Brasil em 1988, apelidada de Constituição Cidadã, por ser mais democrática e demandar a participação cidadã.

Neste artigo, considera-se participação cidadã aquela proveniente da participação dos cidadãos nos lugares públicos participativos, institucionalizados ou não, visando intervir

nos processos de tomada de decisão pública (TEIXEIRA, 1997). Os mecanismos participativos institucionalizados são os meios pelos quais o poder público se relaciona com os cidadãos, visando efetivar a participação dos mesmos nos processos de consulta e decisão da administração pública. Por sua vez, os mecanismos não institucionalizados referem-se aos canais de participação não convencionais, que expressam a mobilização social, cuja iniciativa não está articulada com os poderes ou instituições públicas, mas sim com as manifestações e protestos, movimentos sociais de temáticas diversas, abaixo-assinados, entre outros (BAQUERO; BORBA, 2008). Enfim, ambos podem ser considerados lugares públicos de participação. Sendo assim, neste artigo, adotaremos o termo *lugares públicos participativos (não) institucionalizados* para nos referirmos a essas oportunidades de participação.

A obrigação constitucional de os entes federados criarem lugares participativos, ampliou as oportunidades de participação da sociedade civil para veicular seus interesses, observando-se uma demanda crescente por direitos relacionados à cidadania (PAES DE PAULA, 2005). No entanto, a partir de 1990, no Brasil, os debates reformadores da década de 80, focados na redução dos problemas sociais, foram interrompidos e alterados por outros debates pautados no ajuste estrutural nessa década e nas seguintes (TATAGIBA, 2009). A participação continuou ganhando destaque, porém com o sentido de ferramenta de gestão nos processos da gestão pública para garantir a eficiência e eficácia das políticas implementadas, principalmente nas políticas sociais (TATAGIBA, 2009).

Embora as oportunidades de participação apresentem-se com maior evidência nas sociedades democráticas, como no Brasil, a efetiva participação dos cidadãos não acompanha necessariamente a tendência de consolidação e ampliação dos lugares públicos participativos em diversas sociedades, inclusive a brasileira. Estudos (inter)nacionais demonstram diversos motivos que facilitam ou dificultam a participação dos cidadãos. Observa-se que tais motivos se relacionam de alguma forma com as dimensões do modelo de consciência política de Sandoval (2001). Partindo do princípio de que tanto os mecanismos participativos institucionalizados como as ações coletivas na sociedade são lugares públicos de participação (STRECK; ADAMS, 2006), ambos representam circunstâncias políticas específicas para a participação, possibilitando a atuação dos sujeitos dentro de um contexto político coletivizado.

A seguir, relacionam-se os fundamentos explicativos da (não) participação cidadã com as dimensões do modelo de consciência política (SANDOVAL, 2001), visando constituir a fundamentação teórica deste trabalho.

Consciência política e participação cidadã: um confronto do marco teórico com os fundamentos explicativos da (não) participação cidadã

A consciência política vincula-se à participação na medida em que o sujeito percebe seu potencial de ação transformador num determinado contexto político, posicionando-se mais favoravelmente à participação, enquanto a indisposição à participação vincula-se aos obstáculos na formação da consciência política (SANDOVAL, 1989). Entre esses obstáculos, encontram-se os mecanismos de controle social que desenvolvem pensamentos pouco reflexivos e com pouco senso crítico no que se refere às relações sociais, como as noções culturais e as restrições da vida cotidiana (SANDOVAL, 1989).

Em meio aos motivos favoráveis à participação apontados na literatura, que se associam às *crenças, valores e expectativas sociais* do modelo proposto por Sandoval (2001), tem-se o interesse do sujeito em exercer a cidadania (MILANI, 2008), assim como o sentimento de dever ou mesmo a satisfação em estar implicado em assuntos públicos (MILANI, 2008). Aponta-se, ainda, que sujeitos detentores de renda e escolaridade teriam maior propensão em participar (VAZ, 2013), de forma que, quanto mais central a posição do sujeito na estrutura social, maior sua propensão a participar politicamente. Desse modo, a posição periférica na estrutura social seria um motivo que dificultaria a participação, visto que os sujeitos desprovidos de renda e de escolaridade se sentiriam intimidados diante daqueles que a possuem, implicando numa indisposição à participação (VAZ, 2013). Além disso, cita-se uma tendência dos sujeitos em aproveitar os efeitos das ações dos outros, atuando na lógica do “carona”, sendo mais racional não participar (LUCHMANN; BORBA, 2008). Tais concepções se articulam com *crenças, valores e expectativas sociais* por expressar as representações sociais dos sujeitos, construídas em seu contexto de vida, destacando que as mesmas não têm fundamento por si só, pois dependem do processo de significação que o sujeito faz no seu processo psico-histórico-social (SILVA, 2007; SANDOVAL, 2001).

Há de se considerar que, entre os motivos apontados na literatura que favorecem a participação ou não, se encontram as redes interativas construídas ao longo da vida dos sujeitos, contribuindo na definição de sua identidade (LUCHMANN; BORBA, 2008). Menciona-se, ainda, que a identificação e valorização dos aspectos locais favorecem a participação (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR., 2012), enquanto o comportamento político orientado pelo egoísmo, individualismo e recusa à ação coletiva fora do contexto das relações pessoais (RIBEIRO; CORREA, 2012) dificulta a participação. Tais motivos se relacionam com *identidade coletiva* no modelo de

consciência política (SANDOVAL, 2001). Sendo assim, o relato de vida dos sujeitos se apresenta como um indicador dessa dimensão, cujas experiências demonstram sentimentos de pertencimento a algum grupo social. Além disso, há de se considerar que a experiência de participação vivenciada em etapas anteriores de suas vidas pode influenciar nas motivações para a participação (VAZ, 2013).

A percepção dos cidadãos sobre a *eficácia política* dos lugares públicos participativos influencia na participação dos mesmos, uma vez que a percepção de ações e estratégias coletivas consideradas ineficazes pode desmobilizar a ação do sujeito, bem como os sentimentos de eficácia política podem fazê-lo participar (SILVA, 2007). Isso porque a participação se vincula à percepção do lugar participativo como eficaz, com potencial de alcançar os resultados esperados. Além disso, verifica-se, na literatura, que o interesse do sujeito em melhorar as políticas públicas (MILANI, 2008) favorece a participação. Por outro lado, a incompreensão dos processos participativos e a inoperância dos processos participativos, em que a participação dos cidadãos não se converte em contribuição efetiva, podem implicar na percepção de baixa eficácia, dificultando a participação (FUENTE, 2010).

A percepção de *interesses antagônicos e adversários* pode provocar a participação. No entanto, nem sempre essa percepção ocorre. Nos lugares públicos participativos institucionalizados, por exemplo, devido à limitação da partilha do poder pelo Estado (LUCHMANN, 2006), a sociedade civil pode considerá-lo um adversário, numa disputa pela efetividade da participação, relacionando-a à busca pela autonomia de ação. Tal situação pode impulsionar o cidadão a participar nos lugares públicos participativos não institucionalizados, manifestando suas reivindicações, caso os meios de canalização das suas demandas sejam avaliadas como inexistentes ou mesmo ineficazes (STRECK; ADMS, 2006). Sentimentos de oposição de interesses provocam reflexões sobre a participação cidadã, contribuindo para reforçá-la em situações de conflito de interesses, motivando a participação na defesa dos interesses envolvidos em jogo (SILVA, 2007; SANDOVAL, 2001). Entretanto, a descrença nos lugares públicos participativos (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR., 2012) pode dificultar esta participação.

A ruptura dos vínculos de reciprocidade, considerados justos, é uma construção psicossocial e gera sentimentos de *injustiça*, favorecendo a mobilização dos sujeitos à participação (SILVA, 2007; SANDOVAL, 2001). Por outro lado, o medo da manipulação e cooptação nos lugares públicos participativos, principalmente pelos setores populares, pode dificultar a participação do cidadão (TEIXEIRA, 1997). Desse modo, como indicador

de análise dessa categoria, tem-se a percepção dos sujeitos sobre o que eles consideram injusto com os cidadãos brasileiros e se essas injustiças podem ser resolvidas através da participação em lugares públicos participativos. A partir dessa percepção, articulando-as aos sentimentos de *injustiça* e de *eficácia política; crenças, valores e expectativas sociais, identidade coletiva e interesses antagônicos*, analisa-se a dinâmica da consciência política que os leva a participar ou não.

Por meio dessa articulação, a *vontade de agir coletivamente* pode ser analisada. Nessa dimensão, considera-se que a percepção de demandas locais pode favorecer a participação (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR., 2012), assim como a implantação de lugares públicos participativos em nível local, pois aproxima o cidadão dos processos decisórios da administração pública (GOHN, 2004). Além disso, a divulgação dos lugares públicos participativos e o acesso às informações também são citados na literatura como motivos que favorecem a participação (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR., 2012). Por outro lado, a inconstância da oferta dos lugares públicos participativos (FUENTE, 2010), as dificuldades de acesso às instituições participativas (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR., 2012) e o sentimento de insegurança e incerteza em relação às instituições (RENNÓ, 1999) dificultam a participação nos lugares públicos participativos. Assim sendo, na análise dessa dimensão, adotam-se como indicadores de análise o posicionamento sobre a participação ou a predisposição e indisposição em participar nos lugares públicos participativos e os motivos para esse posicionamento, além dos demais expostos nas dimensões anteriores.

Assim como a categoria anterior, a dimensão de *metas e ações do movimento social* articula-se também com as demais dimensões do modelo proposto por Sandoval (2001). De tal forma, além dos motivos já expostos, há de se considerar que o interesse do sujeito em conhecer pessoas pode motivá-lo a participar, assim como a falta de tempo livre dos cidadãos pode dificultá-la (FUENTE, 2010). Nessa dimensão, em especial, consideram-se como indicadores de análise o posicionamento sobre a participação ou predisposição e indisposição em participar nos movimentos sociais e manifestações no Brasil, bem como em ações coletivas na sociedade, e as justificativas correspondentes. A seguir, descreve-se a metodologia de pesquisa deste trabalho.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa por proporcionar uma melhor compreensão das visões de mundo, além de possibilitar a apresentação de “uma amostra do

espectro dos pontos de vista” (GASKELL, 2002, p. 70). Como técnica de coleta de dados adota-se a análise documental, questionários e entrevistas semiestruturadas (GASKELL, 2002). O uso dessas técnicas em conjunto tem a finalidade de complementar as informações para preencher possíveis lacunas. Os documentos analisados são: Manual do Aluno do Curso de Administração Noturno; Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação em Administração (UFES, 2011, 2008, 2007); Atas das Reuniões do Departamento de Administração no período de fevereiro de 2014 a setembro do referido ano (via sistema de atas da instituição) e o Estatuto do Centro Acadêmico Livre de Administração Honestino Guimarães – CALAD (2004).

Os dados foram obtidos mediante a aplicação de 30 questionários, sendo 15 em cada turno, matutino e noturno, visando identificar a participação ou não dos estudantes nos lugares públicos participativos (não) institucionalizados e as respectivas justificativas. A elaboração do questionário baseou-se na revisão de literatura sobre participação cidadã, contemplando perguntas abertas e fechadas referentes às seguintes questões: (des) conhecimento dos lugares públicos participativos no estado e seus municípios; motivos do desconhecimento; participação ou não nesses lugares; por que (não) participam; percepções sobre quem melhor defende os interesses dos cidadãos, importância da sua participação nas decisões da Administração Pública e contribuições da sua formação universitária para transformação da sociedade.

Com base nos resultados do questionário e nas dimensões do modelo proposto por Sandoval (2001), confrontadas com os fundamentos explicativos da (não) participação cidadã, elaborou-se o roteiro de entrevista. Assim, 17 entrevistas semiestruturadas foram realizadas, sendo 8 no turno matutino e 9 no turno noturno, com os estudantes que responderam os questionários. Além disso, adotou-se uma ficha para registro de expressões corporais dos entrevistados, tonalidades, ênfases nas respostas e demais elementos de comunicação não verbal que pudessem expressar dados relevantes à pesquisa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Como sujeitos da pesquisa tem-se os estudantes de graduação em Administração no turno matutino e noturno, matriculados em 2014/1, preferencialmente a partir do 7º período, por ser mais próximo ao final do curso. A opção em contemplar estudantes dos dois turnos deve-se à possibilidade de opiniões diferentes, em face das características dos estudantes que optam por um ou outro turno. Os critérios de seleção dos estudantes pautaram-se em uma noção prévia sobre os lugares públicos participativos, buscando uma equiparação, quando possível, quanto a turno, sexo e ocupação (se somente estudam ou se

estudam e trabalham), selecionando aqueles que (não) participam para possibilitar a análise da consciência política em sua relação com a participação cidadã. Embora não estivessem necessariamente matriculados em períodos finais do curso, os membros do Calad da gestão 2014 (mandato 2014/1 a 2014/2) foram convidados a participar por ser o principal lugar público de participação para defesa dos interesses dos estudantes dos cursos de graduação em Administração. Os membros da EJCAD (mandato 2013/2 a 2014/1) foram convidados a participar por fazerem parte de um movimento coletivo de empresas juniores no Brasil.

Demais contato com os alunos, convidando-os a participar da pesquisa, ocorreu durante parte de um tempo disponibilizado pelos professores nas disciplinas do sétimo período do curso, em ambos os turnos. Tanto o preenchimento dos questionários como a realização das entrevistas ocorreram na universidade ou em locais escolhidos por eles. As entrevistas foram gravadas mediante a autorização dos estudantes, sendo transcritas posteriormente. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo *a priori* (BARDIN, 2004), adotando-se as dimensões do modelo proposto por Sandoval (2001), confrontadas com os fundamentos explicativos da (não) participação cidadã, utilizadas como macrocategorias de análise. Na interpretação buscou-se compreender o sentido dos motivos em relação às categorias de análise (BARDIN, 2004). Para preservar a identidade dos estudantes abordados os nomes citados na descrição dos resultados são fictícios.

OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Cabe aos cursos de graduação em Administração analisados “formar profissionais com conhecimentos conceituais e técnicos, capazes de exercer seu papel com *consciência crítica* em relação aos contextos organizacionais e sociais onde estiverem inseridos” (UFES, 2011, grifos nossos). Durante o curso, há algumas alternativas de aprendizagem complementar às disciplinas ministradas em sala de aula como: a EJCAD; Atividades Complementares; Programa de Educação Tutorial (PET) e Estágio Supervisionado (UFES, 2011).

Além destes espaços há ainda o CALAD, que se constitui em um lugar público participativo voltado para a defesa dos direitos e reivindicações dos alunos de graduação em Administração. Assim, por meio da participação do presidente ou da indicação de um membro do CALAD, os estudantes são representados nos colegiados da universidade, como: reuniões do Departamento de Administração, Colegiado do curso e Diretoria do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - CCJE, centro ao qual está vinculada a graduação em Administração (UFES, 2011; CALAD, 2004). Todos os alunos matriculados

no curso de Administração são membros do CALAD, cujas instâncias de deliberação são a Diretoria Executiva e a Assembleia Geral dos Estudantes de Administração.

Ao analisar-se o projeto pedagógico dos cursos de graduação em Administração, observa-se que o conteúdo programático da disciplina *Gestão Pública*, referente ao período letivo 2014/1, aborda a organização da gestão pública brasileira e os mecanismos de relação do Estado brasileiro com a sociedade, como os lugares públicos participativos institucionalizados. Entretanto, essa disciplina é obrigatória somente no curso noturno, embora os estudantes do curso matutino que se interessem pelo tema possam se matricular (UFES, 2008, 2007). Observa-se ainda, que embora o curso seja denominado graduação em Administração, maior ênfase é dada a Administração de Empresas, ou seja, setor privado, em detrimento da Administração Pública e do Terceiro Setor, que possuem poucas disciplinas e optativas em sua maioria.

CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

A análise dos resultados é apresentada em duas partes, sendo a primeira relativa aos estudantes que participam e a segunda aos estudantes que não participam. Observam-se indícios de que os estudantes do turno noturno possuem experiências de participação mais ativa nos lugares em que se envolvem. Sexo e ocupação (se somente estuda, ou se estuda e trabalha) não indicaram influência na participação dos alunos em ambos os cursos.

Estudantes que participam nos lugares públicos participativos

Dos estudantes que participam de pelo menos um dos lugares públicos participativos, 11 são homens e 7 são mulheres, totalizando 18 estudantes. Estes encontram-se na faixa etária de 22 a 26 anos, sendo que 12 encontram-se nos períodos finais do curso (7º e 8º) e 13 conciliam o estudo com o trabalho. Observa-se que 10 estudantes são do turno matutino e 8 do noturno. No entanto, evidencia-se uma participação mais ativa nos lugares públicos participativos entre os estudantes do turno noturno.

Em um breve relato sobre suas vidas, verifica-se, entre os motivos para a escolha do curso de Administração dos estudantes que participam, a influência de empreendedores na família (Roberta, Andrade e Julia), assim como identificação com as atividades de administração devido à experiência no mercado de trabalho (Sabrina, Jairo e João Pedro). Entretanto, os estudantes também revelaram dúvidas na escolha do curso, como exposto por Andrade e Garcia. É interessante notar que Roberta e Sabrina criticam o foco do ensino

voltado às grandes empresas, por considerá-lo inadequado frente à realidade que presenciam na atuação dos egressos. Roberta enfatiza a necessidade de se voltar a formação dos administradores ao empreendedorismo e às pequenas empresas. Por sua vez, Sabrina cita, além desses, a necessidade de se colocar maior ênfase na gestão pública. Observa-se que essas *crenças* estão associadas às suas *expectativas*, pois Roberta pretende abrir seu próprio negócio e Sabrina pretende continuar trabalhando no setor público.

Entre os estudantes que participam nos lugares públicos participativos notam-se envolvimento de forma tanto a tomar parte (Sabrina, Jairo), ou seja, de uma participação mais atuante nos processos, como de forma a fazer parte, isto é, uma participação não tão ativa (BORDENAVE, 1994).

A consciência política dos estudantes com participação mais ativa se relaciona à participação cidadã em lugares públicos participativos no estado e seus municípios, principalmente no que se refere aos seus *interesses, crenças, valores e expectativas sociais*. Esses estudantes consideram sua participação importante na Administração Pública, apontando a inclinação a assuntos públicos e a defesa de seus interesses em circunstâncias de conflito como motivos para participar, evidenciando sentimentos de *eficácia política* nos lugares públicos participativos institucionalizados nos quais participam. Esses estudantes possuem concepções que marcam sua consciência política percebendo-se como agentes de transformação social, num contexto a considerar sua atuação como fator de mudança em uma sociedade estratificada. Pode-se dizer que esses estudantes têm uma consciência política compatível com uma consciência de conflito, nos termos apresentados por Sandoval (1989), pois tal consciência surge no reconhecimento da estratificação da sociedade e dos diferentes interesses das classes sociais.

Assim, a *identidade coletiva* demonstrada por esses estudantes torna-se um diferencial, influenciando na sua *vontade de agir coletivamente*. Isso por terem constituído vínculos e sentimentos de pertença a um coletivo: Sabrina, com o funcionalismo público e enquanto munícipe; Jairo, com os ciclistas. Verifica-se, no breve relato de suas vidas, uma percepção de reciprocidade de vínculos, em que experiências anteriores de participação associativa ou política (Sabrina) fizeram com que redes interativas construídas ao longo de sua vida (LUCHMANN; BORBA, 2008) despertassem um sentimento de implicação em assuntos públicos (MILANI, 2008). Por outro lado, a maioria dos estudantes de administração que participam dos lugares públicos participativos institucionalizados e com baixo envolvimento, não se identificam com uma categoria social específica. Percebe-se uma conexão entre suas *crenças, valores e expectativas sociais*, com as *metas e ações do*

movimento social, mediante a inclinação aos assuntos públicos, como no caso de Sabrina, ou os sentimentos de *antagonismo de interesse* e de *injustiça*, como no caso de Jairo.

Nos resultados do questionário verifica-se que a participação dos estudantes de Administração é mais evidente em lugares públicos participativos não institucionalizados, destacando-se o *Abaixo-assinado on-line* (6), os *Movimentos sociais* (3), a *Associação que se organiza com alguma causa* (7) e os *Protestos e manifestações* (3), em ambos os turnos. Dentre os estudantes que participam nos lugares públicos participativos institucionalizados, observa-se maior diversidade no turno noturno, por exemplo: no *Calad* (2), no *PPA on-line do governo do estado* (1), no *PPA on-line dos governos municipais no estado* (1), no *Partido político* (1), no *Referendo* (2) e no *Orçamento participativo* (1). Já a experiência de participação em lugares públicos participativos institucionalizados no turno matutino se restringe às oportunidades de participação no curso na universidade, por exemplo, no *Colegiado de Administração* (2) e nas *Assembleias* (1).

Percebe-se que os estudantes que participam nos lugares públicos participativos institucionalizados, de forma a tomar parte, têm em comum a percepção de si enquanto agente potencial de mudança na sociedade. Autoconfiantes, acreditam na sua capacidade de intervir nas decisões dos assuntos públicos por vias institucionalizadas, seja em ações coletivas, como demonstrado por Jairo e Sabrina, seja mediante ações individuais, conforme cita Sabrina. Tal percepção vai ao encontro das considerações de 18 estudantes que preencheram o questionário, ao considerar sua participação na Administração Pública importante. Porém essa percepção de si enquanto agente transformador não se encontra entre os estudantes que participam de forma a fazer parte, ou seja, com atuação não tão ativa, visto que apresentam sentimentos de baixa capacidade de ação, adotando posturas conformistas e optam mais por ações individuais. Nesse sentido, a percepção desses estudantes em muito se assemelha as dos estudantes que não participam.

Os estudantes que participam nos lugares públicos participativos institucionalizados pelo estado e seus municípios possuem uma visão favorável desses lugares e concordam com seu uso como método de governo, conforme as falas de Jairo, Sabrina, João Pedro, Andrade, Julia. Todavia, também se evidenciam pontos de vista contrários à instituição da participação social como método de governo nos estudantes que participam nos lugares públicos participativos, fundamentando-se não numa visão contra tais lugares, mas sim contra os modos de organização ou uso dos mesmos. Gabriel, Ronaldo e Roberta receiam a reprodução de vias de representação no modelo de representação já existente.

Nota-se entre os estudantes de Administração que participam nos lugares públicos participativos uma percepção de que a participação social deveria ocorrer em caráter consultivo e não decisório. Justificam suas considerações mediante a valorização do conhecimento técnico e uma descrença na capacidade dos cidadãos em geral de participar dos processos de participação, principalmente aqueles que se encontram à margem da sociedade, revelando suas *crenças, valores e expectativas sociais*.

No caso específico dos estudantes do turno noturno, que participam nos lugares participativos institucionalizados, há de se considerar a articulação das *crenças, valores e expectativas sociais* com a *eficácia política e a identidade coletiva* e com os *interesses antagônicos e adversários*, visto que a defesa de seus interesses em circunstâncias de conflito também é apontada como justificativa para participação. O conflito apresentado por Jairo pela manutenção de uma ciclovia numa avenida da cidade onde reside, numa disputa com os comerciantes locais que pleiteavam a retirada da mesma na Prefeitura Municipal, demonstra esses *interesses antagônicos*. Observa-se, ainda, uma relação com os *sentimentos de justiça e injustiça*, na medida em que percebe a possibilidade de retirada dessa ciclovia como uma injustiça, motivando-o a participar da audiência pública promovida pela prefeitura do município para discutir o assunto com a comunidade, evidenciando o sentimento de *eficácia política*.

Em geral, a *vontade de agir coletivamente* dos estudantes de Administração ocorre na medida em que eles consideram sua participação necessária, ou seja, quando percebem riscos ao não participar. O caso de Jairo também exemplifica essa inferência. Mediante a ameaça de retirada da ciclovia, ele avalia que a sua participação promove mais benefícios do que custos, decidindo participar. A conexão entre os objetivos do processo, no caso, a audiência pública e as estratégias de atuação desenhadas por ele, diante do *sentimento de injustiça* provocado pela identificação de *interesses antagônicos*, promoveu o *sentimento de eficácia política*, ao identificar-se com as *metas e ações do movimento*, despertando a *vontade de agir coletivamente*.

Todavia, contradições aparecem nas entrevistas de Jairo e Vitório, membros da gestão 2014, ao considerarem o CALAD eficaz politicamente, embora ambos citem dificuldades para reverberar suas ações em resultados. A ineficácia é justificada pela falta de pessoas envolvidas com as atividades do lugar. A justificativa pauta-se na *crença* de que os estudantes não participam do CALAD devido à *expectativa* de pouco retorno com seu envolvimento nesse lugar, identificando mais custos que ganhos por dispensar tempo em ações que não lhes interessam. Além disso, Jairo e Vitório percebem uma imagem negativa

do CALAD perante os demais estudantes do curso, provocada pelo sentimento de *ineficácia política*. Nota-se que embora eles reconheçam a falta de representação estudantil nas reuniões do Departamento de Administração e do Colegiado do Curso, Vitório, presidente do CALAD, nega a solicitação de uma estudante de Administração para exercer essa representação por ser membro da EJCAD. Na justificativa dessa decisão, observa-se uma preocupação dos membros do CALAD em evidenciar a legitimidade política desse lugar, demonstrando em suas concepções um embate político com a EJCAD. De tal modo, verificam-se *crenças, valores e expectativas sociais* de legitimidade do CALAD para lidar com assuntos estudantis, e que estes não caberiam à EJCAD, por entender que a solicitação é oriunda da EJCAD e não de uma estudante do curso.

Vitório argumenta que se viu envolvido no movimento estudantil e no CALAD devido ao interesse de aprender aspectos políticos no universo da academia. Mas, por estudar e trabalhar, sua experiência de participação nesse lugar lhe proporcionou uma reavaliação dos custos da participação em 2014, afetando negativamente a sua *vontade de agir coletivamente*. Vitório renunciou ao cargo de presidente do CALAD em agosto de 2014. Tendo em vista que o vice-presidente não aceitou assumir o cargo, à época da realização das entrevistas, os membros do CALAD decidiram em reunião encerrar a gestão 2014, segundo Jairo.

No que se refere à participação em lugares públicos participativos não institucionalizados, o interesse em exercer a cidadania (MILANI, 2008) é citado em ambos os turnos como motivo para participar, revelando *crenças* de que esses lugares são meios adequados para o exercício da cidadania a que se referem. Além disso, esses estudantes consideram os movimentos e protestos meios válidos para se demonstrar a insatisfação da população. Tais percepções evidenciam as *crenças, valores e expectativas sociais* (SANDOVAL, 2001) que se articulam com os *sentimentos de eficácia política*, ao considerar os movimentos e protestos como recursos adequados para alcançar seus interesses, assim como o interesse em melhorar as políticas públicas (MILANI, 2008).

Para justificar a participação nas manifestações de junho de 2013 ocorridas em algumas cidades da região metropolitana da cidade onde se localiza a universidade, os estudantes apontaram o *sentimento de injustiça* com os gastos públicos, bem como a *crença* de que com esta mobilização se mostraria o poder do povo aos governantes. Evidencia-se, assim, uma articulação dos *sentimentos de injustiça*, com suas *crenças, valores e expectativas sociais* e *sentimentos de eficácia política*, uma vez que consideram tais movimentos recursos para demonstrar o poder do povo aos representantes eleitos.

Estudantes que não participam nos lugares públicos participativos

Dos estudantes que não participam nos lugares públicos participativos, 6 são homens e 6 são mulheres, totalizando 12 estudantes. Encontram-se na faixa etária de 20 a 33 anos, estando 11 estudantes nos períodos finais do curso (7º e 8º), sendo que 10 conciliam o estudo com o trabalho. Observa-se que 5 estudantes são do turno matutino, cujos sentimentos de desconfiança nos lugares participativos são mais visíveis.

Verifica-se que a escolha do curso pauta-se em parâmetros de ordem prática, como a *crença* de que o curso de Administração é mais fácil para ser aprovado no vestibular (Helena, Matias e Bene) e a *expectativa* de que esta formação facilite o ingresso no mercado de trabalho (Maria, Fernanda, Vanda). Nos relatos de Fernando, Caíque e Helena percebe-se o começo da formação de uma *identidade coletiva* junto aos empreendedores, tendo em vista as redes interativas construídas ao longo de suas vidas (LUCHMANN; BORBA, 2008), pois escolheram o curso por influência de empreendedores na própria família, participando da sua formação como pessoas e, agora, também profissionalmente. O fato de estudar numa instituição de ensino superior pública é citado como um diferencial para suas carreiras, sendo a autonomia de estudo presente no universo acadêmico valorizada por Matias, por desenvolver a pró-atividade.

Os estudantes entrevistados que não participam demonstram *falta de interesse pelos assuntos da administração pública*, apresentando outras prioridades em suas vidas, em função de uma visão pragmática de suas escolhas e ações, como exposto por Fernando, que não participa de lugares públicos participativos: “Meu foco não é esse [*assuntos públicos*]”. Demonstram, ainda, desinteresse por políticas públicas, vindo a adotar posturas mais propensas à delegação das decisões públicas aos que possuem um “perfil” de participação, ou seja, aos interessados em políticas públicas e que detêm conhecimento sobre os assuntos a serem debatidos em espaços públicos. Dessa forma, suas *crenças, valores e expectativas sociais* dificultam o desenvolvimento da consciência política, uma vez que apresentam visões com preocupações pragmáticas, como observado nos motivos para escolha do curso de Administração.

A predisposição se refere a uma inclinação à participação, enquanto a indisposição se refere a uma rejeição, ou seja, uma maior inclinação a não participar, não se concretizando efetivamente em uma participação cidadã. Na análise dos resultados dos questionários, evidencia-se maior indisposição à participação dos estudantes de Administração, principalmente os do turno matutino, nos lugares públicos participativos

institucionalizados. Em geral, a indisposição à participação foi mencionada nos seguintes lugares: *Partido político* (21); *Colegiado do curso* (19); *CALAD* (13); *Audiências públicas* (10); *Orçamento participativo* (8); *Assembleias* (8); *Conferências, fóruns temáticos* (7); *Referendo* (7); *PPA on-line (governo municipal)* (7); *PPA on-line (governo estadual)* (6); *Conselhos gestores de políticas públicas* (6).

Na análise das entrevistas dos estudantes que não participam nos lugares públicos participativos, verifica-se que eles não se identificam com uma categoria social específica, não se evidenciando, portanto, uma *identidade coletiva* em sua plenitude. Tais estudantes demonstram um sentimento de desconfiança dos lugares públicos participativos institucionalizados, principalmente os que possibilitam a participação aberta dos cidadãos, como as audiências públicas e as assembleias comunitárias, devido ao receio de manipulação dos mesmos por partidos políticos. Nesse sentido, as *crenças, valores e expectativas sociais*, assim como os *sentimentos de eficácia política*, esboçam a prevalência de um sentimento de insegurança e incerteza em relação às instituições, o que eleva os custos da participação sociopolítica (RENNÓ, 1999). Desse modo, afeta a *vontade de agir coletivamente* de forma negativa, pois a decisão final se volta a não participar.

Pôde-se observar, tanto nos estudantes que participam de forma a fazer parte nos lugares públicos participativos institucionalizados, como nos que não participam, o sentimento de um *dever* de participar. No entanto, entre os que não participam, o pouco interesse pelos assuntos políticos e públicos prevalece por entenderem que seus interesses voltam-se à vida privada, em busca do sucesso profissional. Portanto, esses estudantes não participam por entenderem que a ocupação profissional e a participação são circunstâncias estanques na sociedade, delegando a participação aos que possuem “perfil” para participar. Embora apresentem certo desconforto pelo baixo histórico de participação ou mesmo nenhum, esses estudantes consideram que não compreendem os assuntos a serem tratados por vias públicas e por isso delegam a participação aos interessados nos assuntos públicos. Entende-se que tal percepção é fruto de um *valor* construído socialmente a respeito da independência financeira, como observado no breve relato sobre suas vidas, pois na família e até mesmo no âmbito da universidade se perpetua esse *valor*.

Entre os estudantes que não participam, mas pretendem participar nos lugares públicos participativos, observa-se um paralelo entre as suas considerações e as dos estudantes que participam nos lugares institucionalizados: consideram tais lugares válidos como método de governo. Tem-se, então, que essa predisposição pode evidenciar o início de um processo de ressignificação desses lugares pelos referidos estudantes.

Há de se considerar que os estudantes de Administração que não participam evidenciam uma percepção de que a resolução dos problemas sociais se dá através de ações individualizadas, conforme demonstrado por Matias e Bene, ou mesmo por ações de caridade, como apontado por Vanda, Helena e Maria. Acredita-se que isso se deve à dificuldade de percepção da conjuntura da sociedade em sua totalidade, num contexto macro das relações sociais, o que prejudica o desenvolvimento de uma consciência política nos termos de Sandoval (2001). Outras percepções, por exemplo as de Aliandra e Fernando, demonstram sentimentos de ineficácia das ações para transformação da sociedade. Nesse sentido, conformam-se com a realidade em que se encontram, evidenciando sentimentos de baixa capacidade de ação, preferindo “se adaptar”, como cita Fernando na entrevista, frente às dificuldades presenciadas.

A falta de participação nos lugares públicos participativos institucionalizados, em parte, também pode ser compreendida pela análise do desconhecimento desses lugares pelos estudantes e através das causas citadas por eles para justificar tal desconhecimento. Observa-se que se destacam como os mais desconhecidos, em ambos os turnos: o *Planejamento plurianual on-line (governo estadual e municipal)* (16); *Referendo* (14); *Conselhos gestores de políticas públicas* (12); *Conferências, fóruns temáticos* (9). Possivelmente o desconhecimento se deve à pouca divulgação dos mesmos à sociedade, o que pode ser atestado quando observadas as causas atribuídas pelos estudantes para o desconhecimento dos lugares indicados nos questionários, como a falta de divulgação.

Além disso, os estudantes do turno matutino responsabilizam o curso de graduação em Administração pelo desconhecimento dos lugares públicos participativos indicados, tendo em vista a irregularidade de oferta da disciplina Administração Pública que é uma disciplina optativa. Por outro lado, há de se destacar a falta de interesse apontada como motivo para não conhecer tais lugares, o que evidencia o pouco interesse desses estudantes sobre o assunto.

Nota-se que, embora o CALAD se constitua no principal lugar público de participação para representação dos interesses dos estudantes de Administração, há estudantes que estão se formando e o desconhecem, conforme apontado por Vanda, do turno matutino. O desconhecimento pode estar relacionado à fraca atuação do CALAD ao longo de sua história e à busca de soluções mediante ações individualizadas, como as citadas na entrevista de Vanda, que, para enfrentar problemas identificados no curso, recorre aos coordenadores do curso diretamente.

Quanto aos lugares públicos participativos não institucionalizados, observam-se percepções favoráveis e contrárias aos mesmos. Os estudantes que não participam, mas são favoráveis a esses lugares, possuem uma percepção sobre eles semelhante aos que participam, alegando a falta de tempo como motivo para não participar. Por outro lado, consideram ser mais racional não participar de mobilizações sociais (LUCHMANN; BORBA, 2008), o que indica o comportamento do efeito carona. Os que não participam e possuem uma visão negativa dos lugares públicos participativos não institucionalizados percebem os mesmos como lugares de manipulação por seus líderes e discordam das estratégias adotadas pelos movimentos, manifestações e protestos, principalmente no que tange à prática de atos violentos e à destruição de patrimônio público ou particular.

Embora sejam favoráveis às manifestações e protestos, verifica-se, nas falas dos estudantes, principalmente os do turno matutino, um receio de enfrentar os riscos físicos oriundos do processo de participação, como os ocorridos nos movimentos de junho de 2013 nas cidades brasileiras. Assim, afeta-se negativamente a *vontade de agir coletivamente*. Desse modo, entende-se que os estudantes não participam nos lugares públicos participativos não institucionalizados devido à identificação dos custos e perdas da sua participação. Alia-se à isso, a falta de percepção de conexão dos interesses desses estudantes com os dos demais estudantes, uma vez que estão focados na valorização da independência financeira, as quais não são identificadas nas *metas e ações dos movimentos sociais*. A falta de participação ocorre porque eles não percebem seus *interesses* afetados, considerando válidos os lugares públicos participativos não institucionalizados, mas não se envolvem nos mesmos. Apresentada a análise dos resultados, tecem-se no próximo tópico as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender a dinâmica da consciência política dos estudantes de graduação em Administração de uma universidade pública federal na região Sudeste do Brasil em sua relação com a participação cidadã em lugares públicos participativos no estado e municípios. Verificou-se que as dimensões da consciência política desses estudantes se apresentam em configurações distintas, conforme a realidade vivenciada por cada indivíduo: 1) Sabrina, Jairo, Vitório, João Pedro e Andrade percebem os lugares públicos participativos institucionalizados eficazes como ferramentas de gestão; 2) Garcia, Ronaldo, Roberta, Fernanda, Helena, Aliandra e Matias desconfiam dos lugares públicos participativos, apresentando receio do uso desses lugares como ferramentas de gestão.

Apesar dessa pluralidade, é possível observar a predominância de uma consciência política de senso comum entre os estudantes, o que dificulta sua participação (RECK, 2005).

Entende-se que a consciência política dos estudantes se relaciona com a participação cidadã em lugares públicos participativos, principalmente no que se refere aos seus *interesses*, com base nas suas *crenças, valores e expectativas sociais*, provocando sentimentos de *eficácia política*. Isso, pode ser visto, nos dois estudantes com participação mais ativa nos lugares públicos participativos, cujas concepções que marcam sua consciência política os faz perceberem-se como agentes de transformação social (Sabrina, Jairo). Esses estudantes consideram sua atuação um fator de mudança numa sociedade estratificada, apresentando uma consciência política compatível à consciência de conflito (SANDOVAL, 1989). Além disso, a percepção deles é a de que os lugares públicos participativos nos quais se envolvem são eficazes para alcançar suas pretensões, movidas pelos seus sentimentos de *injustiça*, como apresentados por Sabrina e Jairo: Sabrina, pela sensibilização quanto aos problemas sociais enfrentados pela população marginalizada de seu município; Jairo, ao considerar uma injustiça a solicitação de retirada de uma ciclovía em seu município diante de um conflito de interesses entre comerciantes locais e ciclistas.

Verifica-se que o conhecimento sobre os lugares públicos participativos está mais presente nos estudantes do turno noturno do que nos estudantes do curso matutino. Os estudantes do curso matutino que privilegiam outros conhecimentos podem concluir o curso sem ter contato com informações da relação entre Estado e Sociedade, como se evidencia nos resultados deste trabalho. Esses estudantes perdem a oportunidade de enriquecer sua formação cidadã e de refletir sobre a relação entre gestão, sociedade e Estado devido ao foco de sua formação em outras áreas, possivelmente voltadas ao setor privado, com foco no mercado.

Observa-se que o CALAD, principal lugar público participativo de representação dos interesses dos estudantes no curso, encontra-se sem direção e participação nas instâncias institucionalizadas da universidade. O processo de *identificação coletiva* entre os membros do CALAD, gestão 2014, se iniciou quando da formação de sua chapa devido a *crenças, valores e expectativas sociais* voltados à promoção de ações em prol da comunidade estudantil dos cursos de graduação em Administração de forma articulada com seus sentimentos de *eficácia política*, vendo o CALAD como lugar adequado à representação dos interesses dos estudantes. No entanto, a conjuntura socioeconômica dos estudantes que trabalham e estudam e a *expectativa* de um melhor posicionamento no mercado de trabalho dos estudantes em geral, faz com que eles valorizem mais as ações individuais voltadas ao

seu processo de ensino, afetando a sua avaliação sobre os custos da participação. Nessa avaliação, a *vontade de agir coletivamente* se desfaz e eles decidem não se envolver formalmente nas *metas e ações do movimento* relativo ao CALAD.

Esta pesquisa contribui socialmente por fornecer subsídios aos gestores públicos no desenvolvimento de ações estratégicas de conscientização e mobilização de estudantes universitários para participação nos lugares públicos participativos institucionalizados. Dessa forma, a partir das percepções apresentadas neste trabalho, principalmente quanto a *crenças, valores e expectativas sociais, eficácia política e vontade de agir coletivamente*, os gestores públicos podem promover estratégias organizacionais visando a conscientização para valorização da participação da sociedade nos lugares públicos participativos. Além disso, os resultados sobre as dimensões da consciência política e participação cidadã dos estudantes podem contribuir para reflexões inerentes à formação cidadã desses estudantes durante o curso de graduação, no âmbito dos estudos organizacionais.

Diante da defesa de uma formação dos administradores para além das relações convencionais de lucros financeiros (AKTOUF, 2005; PAES DE PAULA, 2012) e por considerar a ressignificação da gestão como um recurso de transformação social (PAES DE PAULA, 2012), esta pesquisa se delimita aos estudantes dos cursos de graduação em Administração. Limita-se ainda, à uma instituição pública de ensino devido a possibilidade de atuação mais livre por parte dos professores à ela vinculados que podem apresentar posturas críticas frente aos saberes repassados (PETINELLI-SOUZA; SOUZA, 2012).

Sugere-se a realização de pesquisas que possam viabilizar a análise da criação de oportunidades psicopolíticas no processo de formação dos administradores, a fim de potencializar as possibilidades de desenvolvimento de uma consciência política e de uma consciência política crítica. Entretanto para promover o desenvolvimento dessa consciência há que se ter minimamente a pretensão de renovar paradigmas, na tentativa de provocar reflexões nos estudantes sobre as relações sociais, o Estado e a gestão, de modo que essa última seja ressignificada como instrumento de transformação da sociedade (PAES DE PAULA, 2012).

REFERÊNCIAS

AKTOUF, O. 2005. Ensino de Administração: por uma pedagogia para a mudança. *Revista Organizações e Sociedades*, Salvador, v. 12, n. 35.

- AVRITZER, L. 2008. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, v.14, n.1, p. 43-64.
- BAQUERO, M.; BORBA, J. 2008. A (re)valorização dos partidos políticos no Brasil via capital social. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 2, n. 1, p. 1-17, jan./jun.
- BARDIN, L. 2004. *Análise de Conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70.
- BORDENAVE, J. E. D. 1994. *O que é participação*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense.
- CALAD UFES. 2004. *Estatuto do Centro Acadêmico Livre de Administração Honesto Guimarães*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/CALAD.UFES/posts/504443679664322>>. 28 set. 2014.
- COSTA, G. P. 2007. Um estudo sobre cidadania e políticas públicas em Porto Alegre. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 3, n. 4, p. 75-103, nov. Número especial.
- FUENTE, J. M. R. 2010. Contra la participación: discurso y realidad de las experiencias de participación ciudadana. *Política y Sociedad*, v. 47, n. 3, p. 93-108. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/22669>>. 26 jun. 2013.
- GASKELL, G. 2002. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Rio de Janeiro: Vozes, Cap. 3, p. 64-89.
- GIARETA, J. B. Z; FERNANDES, V.; PHILIPPI JR., A. 2012. Desafios e condicionantes da participação social na gestão ambiental municipal no Brasil. *Organização & Sociedade*. Salvador, v. 19, n. 62, p. 527-548, jul./set.
- GOHN, M. G. 2004. Empoderamento e participação das comunidades em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, mai./ago.
- LUCHMANN, L. H.; BORBA, J. 2008. Inclusão política, desigualdades e novas institucionalidades: uma análise a partir de instituições participativas em Santa Catarina. *Revista de Ciências Sociais Unisinos*, v. 44, n. 158, p. 58-68, jan./abr.
- LUCHMANN, L. H. 2006. Participação, oportunidades e interesses. In: MIGLIEVICH, A.; SILVA, M. Z (Org.). *Cidadania, regulação e participação*. *Civitas Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 6; n. 1; p. 95-117. jan-jun.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. 1986. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- MILANI, C. R. S. 2008. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-79, mai./jun.
- PALASSI, M. P. 2011. *Ações coletivas e consciência política no mundo do trabalho: dilemas subjetivos da participação nos processos de privatização*. Curitiba: Juruá, p. 109-143.
- PAES DE PAULA, A. P. 2005. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 1, p. 36-49, jan./mar.
- _____. 2012. *Estilhaços do Real*. O ensino da Administração em uma perspectiva benjaminiana. Curitiba: Juruá.

- PETINELLI-SOUZA, S.; SOUZA, E. M. de. 2012. O trabalho docente no curso de administração: algumas (re) significações. *Educação em Revista*, v. 28, p. 83-102.
- RECK, J. 2005. *A consciência política dos cooperados do MST: o caso do Coopac – Campo Verde/MS*. Campinas. Tese (Doutorado) – Programa Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. p. 95-117.
- RENNÓ, L. R. 1999. Instituições, cultura política e lógica da desconfiança numa cidade brasileira. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Desafios da democratização na América Latina*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, p. 103-134.
- RIBEIRO, L. C. Q.; CORREA, F. S. 2012. Cultura política, cidadania e representação na *urbs* sem *civitas*: a metrópole do Rio de Janeiro. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 14, n. 30, p. 156-193, mai./ago. 2012.
- SANDOVAL, S. A. M. 1989. Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. *Psicologia e Sociedade*, São Paulo, n. 34, p. 122-129, set.
- _____. 2001. The Crisis of the Brazilian of labor movement and the emergence of alternatives of working-class contention in the 1990s. *Psicologia Política*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 173-195, jan./jul.
- SILVA, A. S. 2007. A identificação de adversários, de sentimentos antagônicos e de (in) eficácia política na formação da consciência política no MST Paulista. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 105-126, abr.
- STRECK, D. R.; ADAMS, T. 2006. Lugares da participação e formação da cidadania. In: MIGLIEVICH, A.; SILVA, M. Z (Org.). Cidadania, regulação e participação. *Civitas Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 95-117, jan./jun.
- TATAGIBA, L. 2009. Os desafios da articulação entre sociedade civil e sociedade política, sob o marco da democracia gerencial: o caso do projeto Rede Criança, em Vitória-ES. In: SILVA, M. Z.; BRITO JUNIOR, B. T. (Org.). *Participação social na gestão pública: olhares sobre as experiências de Vitória-ES*. São Paulo: Annablume, p. 148-193.
- TEIXEIRA, E. C. 1997. As dimensões da participação cidadã. *Caderno CRH*, Salvador, n. 26/27, p. 179-209, jan./dez.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. 2011. *Manual do aluno de Administração noturno*. Vitória: Colegiado do Curso de Administração/Ufes. Disponível em: <<http://www.ccje.ufes.br/administracao/graduacao>>. 02 jul. 2014.
- _____. *Projeto pedagógico do curso de Administração*. 2007. Vitória: Ufes. Disponível em: <<http://www.ccje.ufes.br/administracao/graduacao>>. 02 jul. 2014.
- _____. *Projeto pedagógico do curso noturno de Administração*. 2008. Vitória: Ufes – Projeto Reuni. Disponível em: <<http://www.ccje.ufes.br/administracao/graduacao>>. 02 jul. 2014.
- VAZ, A. C. N. 2013. Modelando a participação social: uma análise da propensão à inserção em instituições participativas, a partir de características socioeconômicas e políticas. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 10, p. 63-106, jan./abr.